



**8º SIMPÓSIO  
DE SUSTENTABILIDADE**

15-16-17  
JUNHO 2021



## **FUNDAMENTOS ARQUITETÔNICOS: A IMPORTÂNCIA DO URBANISMO SOCIAL COMO FERRAMENTA PARA ELABORAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS**

BEDIN, Millena Fernanda.<sup>1</sup>  
DIAS, Solange Irene Smolarek.<sup>2</sup>

### **RESUMO**

O presente trabalho se insere na linha de pesquisa de Arquitetura e Urbanismo, no grupo de pesquisa de Urbanismo. O assunto abordado se refere ao Planejamento Urbano Regional e tem como tema o Urbanismo Social sob os aspectos de Políticas Urbanas. Justifica-se o presente trabalho devido a importância de fundamentar o Urbanismo Social e estabelece-lo como ferramenta para o desenvolvimento de Políticas Públicas, a fim de valorizar, e reorganizar, os espaços formais e informais da cidade. Como problema da pesquisa, questiona-se: o Urbanismo Social serve como ferramenta para elaboração de Políticas Públicas? Como hipótese inicial supõe-se que, ao seguir o conceito do Urbanismo Social, pode-se elaborar Políticas Públicas que possibilitam a valorização dos espaços da cidade e, ainda, a integração de áreas informais e formais. O objetivo geral é definido em: dissertar sobre o Urbanismo Social e estabelece-lo como ferramenta para o desenvolvimento de Políticas Públicas Urbanas. Adota-se os princípios de Josep Maria Montaner e Zaida Muxí, ao considerar que o modo de pensar a cidade, desenvolve-la e discuti-la, deve partir de novas perspectivas e adotar protagonistas que traduzam a pluralidade e diversidade do meio urbano. Através do encaminhamento metodológico dialético, elabora-se a fundamentação teórica, de modo a alcançar o objetivo geral. A análise de resultados corrobora a hipótese, concluindo que o Urbanismo Social serve como ferramenta para elaboração de Políticas Públicas.

**PALAVRAS-CHAVE:** Planejamento Urbano Regional, Urbanismo Social, Sustentabilidade, Políticas Públicas, Políticas Urbanas.

### **1. INTRODUÇÃO**

A presente pesquisa aborda o assunto de Planejamento Urbano Regional e tem como tema o Urbanismo Social sob os aspectos de Políticas Urbanas. Justifica-se o presente trabalho devido a importância de fundamentar o Urbanismo Social e estabelece-lo como ferramenta para o desenvolvimento de Políticas Públicas, a fim de valorizar, e reorganizar, os espaços formais e informais da cidade.

Isto posto, a problemática que a pesquisa aborda é: o Urbanismo Social serve como ferramenta para elaboração de Políticas Públicas? Para tal problema de pesquisa, formula-se a seguinte hipótese: que, ao seguir o conceito do Urbanismo Social, pode-se elaborar Políticas

---

<sup>1</sup>Acadêmico de Graduação em Arquitetura e Urbanismo da FAG. Elaborado na disciplina Trabalho de Curso: Qualificação. E-mail: mf.bedin@hotmail.com

<sup>2</sup>Professora orientadora da presente pesquisa. Docente do curso de Arquitetura e Urbanismo do Centro Universitário FAG – Cascavel/PR. Graduada em Arquitetura e Urbanismo pela UFPR. Mestre em Letras pela UNIOESTE – Universidade Estadual do Oeste do Paraná – Cascavel. Doutora em Engenharia de Produção pela UFSC – Universidade Federal de Santa Catarina – Florianópolis. E-mail: solange@fag.edu.br



**8º SIMPÓSIO  
DE SUSTENTABILIDADE**

15-16-17  
JUNHO 2021



Públicas que possibilitam a valorização dos espaços da cidade e, ainda, a integração de áreas informais e formais.

Com o propósito, portanto, de responder à questão levantada pela presente pesquisa, estrutura-se o seguinte objetivo geral: dissertar sobre o Urbanismo Social e estabelece-lo como ferramenta para o desenvolvimento de Políticas Públicas Urbanas. Para que o objetivo geral seja cumprido, formula-se os seguintes objetivos específicos: a) apresentar o Urbanismo Social, sua origem e desdobramentos; b) explanar sobre a formação do território urbano brasileiro; c) apresentar a Agenda 2030 como método para reorganização do espaço brasileiro; d) elencar abordagens relacionadas ao urbanismo social dentro do território brasileiro; e) analisar as abordagens apresentadas, com intuito de responder a problemática levantada e concluir a hipótese inicial; f) concluir, em resposta ao problema da pesquisa, validando ou refutando a hipótese inicial; g) divulgar os resultados da pesquisa em meios acadêmicos.

Assim, como fundamento norteador, tem-se o seguinte marco teórico: já é hora de outros protagonistas pensarem e projetarem as cidades, de modo que, perante a dominante cidade especulativa e segregadora, sejam incorporados pontos de vista plurais que possam reinventar a cidade humana (MONTANER; MUXÍ; 2014, p. 127).

Para que se possa alcançar a resolução do problema de pesquisa, visando o atendimento ao objetivo geral e aos específicos, é utilizado o encaminhamento metodológico dialético, pois, para a dialética, “as coisas não são analisadas na qualidade de objetos fixos, mas em movimento: nenhuma coisa está ‘acabada’, encontrando-se sempre em vias de se transformar, desenvolver; o fim de um processo é sempre o começo de outro” (LAKATOS; MARCONI, 2003, p. 101).

## **2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA**

### **2.1 URBANISMO SOCIAL: ORIGEM E DESDOBRAMENTOS**

#### **2.1.1 O colapso do Urbanismo Moderno**

Na América Latina pós-Segunda Guerra Mundial, o urbanismo moderno ganhou força através da vontade das metrópoles de transmitir a modernização, que passou pelos seus territórios devido à intensa industrialização e fortalecimento econômico causado pela política de substituição de



**8º SIMPÓSIO  
DE SUSTENTABILIDADE**

**15-16-17  
JUNHO 2021**



importações. Esse urbanismo moderno, aplicado nas grandes cidades latino-americanas, teve traços da teoria elaborada pelos Congressos Internacionais de Arquitetura Moderna (CIAM) pois, além de ser uma ideia que atendia às premissas desenvolvimentistas dos governos latino-americanos do século XX – sejam eles democráticos ou ditatoriais – objetivava à ordem e progresso (GOMES, 2009, p. 153).

No entanto, a cidade global, situada no contexto do último quarto do século XX, foi palco para as crises de um modelo urbano modernista pautado na funcionalidade do território, apagamento da memória e padronização da organização do espaço urbano. Os quatro eixos principais do planejamento urbano moderno racionalista – moradia, trabalho entretenimento e circulação –, evoluíram para uma prática tardo-racionalista que priorizou, “habitação na urbanização fechada, trabalho no centro terciário representativo, entretenimento e consumo em shopping centers e áreas de lazer e circulação pelas rodovias” (MONTANER; MUXÍ; 2014, p. 124). Assim, deve-se enfatizar que, ao contrário do modelo urbano racionalista, que foi desenhado a fim de se atingir melhorias no meio urbano e acompanhar o progresso exigido pelas metrópoles do pós-guerra<sup>3</sup>, os princípios do sistema tardo-racionalista, advento da cidade global, baseiam-se em interesses financeiros especulativos. Exemplo disso é a descaracterização das zonas de moradia racionalistas, que antes priorizavam habitações coletivas e que, na cidade global, constroem-se por meio da adoção de moradias individuais, de baixa densidade e, ainda, desconexas com o restante da cidade (MONTANER; MUXÍ; 2014, p. 115-125).

Portanto, o contexto de planejamento urbanístico dos séculos XX e XXI ficou marcado por ideias confrontantes: de um lado o desenho racional é defendido como medida para a produção de espaços de qualidade; e, em contrapartida, tem-se forte a ideia de que as cidades são frutos de um movimento espontâneo e, por conseguinte, acredita-se que seu desenho deve ser desenvolvido de maneira natural (FERREIRA, 2012, p. 12). Dessa forma, a organização do espaço urbano da cidade global, firmado nas premissas racionais do urbanismo moderno, vê-se em crise, pois está consolidada na segregação territorial, apagamento da memória coletiva e, ainda, esquecimento da importância da participação coletiva na estruturação das cidades. De acordo com Montaner e Muxí:

Em uma época em que o projeto urbano precisa de alternativas plurais, com diversos atrativos, mecanismos de sustentabilidade e estratégias de enriquecimento do território ambiental, o urbanismo da cidade global não é senão uma continuação do urbanismo

---

<sup>3</sup>Após Segunda Guerra Mundial.



**8º SIMPÓSIO  
DE SUSTENTABILIDADE**

**15-16-17  
JUNHO 2021**



racionalista, que tenta construir tudo de maneira mais rápida e rentável, mas que, ao mesmo tempo, põe cada vez mais em perigo o futuro das cidades e do território (...). (MONTANER; MUXÍ; 2014, p. 126)

Assim, deve-se adotar novos modelos de organização do espaço, que coloquem o indivíduo como protagonista da cidade, pois embora cada centro urbano tenha questões específicas, as cidades, de modo geral, apresentam problemas relacionados a negligência do planejamento urbano moderno em relação a inclusão da dimensão humana na cidade e, também, na importância dada aos espaços privados, em decorrência da defasagem das áreas públicas (GEHL, 2015, p. 229). Segundo Gehl:

Diante do desafio de lidar com tantos setores em curto período de tempo e com meios limitados, é também importante e razoável garantir que a dimensão humana do planejamento da cidade seja cuidadosamente integrada ao trabalho do desenvolvimento urbano (GEHL, 2015, p. 227).

Pelas argumentações apresentadas, faz-se necessário estabelecer novas estratégias para o planejamento urbano e abandonar a herança do modelo racionalista. Diante da complexidade e diversidade da cidade do século XXI, não se pode elencar soluções com alicerces nas questões do século passado, em que se ignorava a pluralidade dos assentamentos urbanos e se estabelecia respostas homogêneas para diferentes questões (MONTANER; MUXÍ; 2014, p. 211).

### 2.1.2 O Urbanismo Social como uma alternativa para o planejamento urbano do século XXI

Perante a necessidade de reformular o modo de se planejar as cidades, o Urbanismo Social surgiu como método para: reorganizar o território; criar redes de articulação entre a esfera pública e privada; desenvolver estratégias para um meio urbano plural, com foco na inclusão e sustentabilidade; incentivar a concepção de projetos urbanos pautados nos processos participativos, a fim de inserir a população nas discussões sobre a cidade (JÁUREGUI, 2010). Dessa forma, o Urbanismo Social – que se origina a partir do colapso do Urbanismo Racional – assume a tarefa, complexa, de formular respostas às questões emergentes dos centros urbanos.

No entanto, apesar de ser um conceito explorado de maneira mais abrangente entre os anos de 2010 a 2020, o Urbanismo Social teve seu pilar alicerçado através do livro “Morte e vida de grandes cidades”, de Jane Jacobs (PEDERSEN, 2017). O livro norte-americano foi lançado em 1961, – no



**8º SIMPÓSIO  
DE SUSTENTABILIDADE**

15-16-17  
JUNHO 2021



Brasil teve sua primeira edição no ano 2000 – e é um marco da decadência do Planejamento Urbano Modernista, pois a autora expõe as feridas abertas das cidades, causadas pela implementação do urbanismo ortodoxo e funcionalista, que defendia a padronização dos espaços e negava a existência da diversidade (PEDERSEN, 2017). Porém, à medida em que Jane Jacobs aponta os obstáculos a serem enfrentados, elenca medidas que poderão possibilitar o resgate da vida nas cidades. Jacobs (2011, p. 454-455) coloca como tática para se enfrentar a crise urbana, a concepção de um planejamento urbano para a vitalidade. Logo, o “planejamento urbano para a vitalidade” deve se ater aos seguintes pontos: incentivar a diversidade – seja sobre os usos ou sobre as pessoas; fortalecimento dos espaços públicos, para que seja possível propiciar a interação entre os cidadãos – ; eliminar fronteiras existentes dentro das cidades para possibilitar a integração entre a cidade como um todo; recuperação de áreas de moradia com déficit em infraestrutura e fazer com que os residentes queiram permanecer no lugar por vontade própria, não porque são obrigados a isso. Ainda, Jacobs enfatiza a necessidade de se planejar junto à comunidade, pois “só super-homens conseguiriam entender uma cidade grande por inteiro, ou como um grupo de bairros, com o detalhamento necessário para orientar medidas construtivas e evitar medidas impensadas, gratuitas, destrutivas” (JACOBS, 2011, p. 454-456).

Dessa maneira, com a cidade global em ruínas (MONTANER; MUXÍ; 2014, p. 115), inicia-se a estruturação de um planejamento urbano participativo pautado na dinâmica *bottom-up*, que prioriza a participação ativa da sociedade nas discussões e decisões sobre a cidade e coloca o cidadão como protagonista na construção do espaço<sup>4</sup>. Logo, as práticas *bottom-up*, que são focadas em atividades locais, na escala do bairro, são um dos pontos principais defendidos pelo Urbanismo Social, que compreende que as intervenções do espaço devem decorrer, simultaneamente, de transformações físicas, ações sociais, gestão pública e participação popular (MONTROYA, 2014, p. 211).

## 2.2 A FORMAÇÃO DO TERRITÓRIO URBANO BRASILEIRO E A SEGREGAÇÃO ESPACIAL ENRAIZADA

O processo de urbanização brasileira teve início, de maneira gradual, entre os séculos XVIII e XIX, quando ocorreu o surgimento das primeiras cidades, predominantemente litorâneas,

---

<sup>4</sup>Ao contrário do *bottom-up*, a dinâmica *top-down*, centraliza a deliberação em um indivíduo (GHENO, 2015, p. 26-29).



**8º SIMPÓSIO  
DE SUSTENTABILIDADE**

**15-16-17  
JUNHO 2021**



provenientes das riquezas geradas pela exploração do pau-brasil nas regiões da costa e as plantações de cana-de-açúcar no Nordeste (GALEANO, 2017, p. 80-81). Ainda nesse contexto colonial, deve-se destacar o início do processo de mecanização da produção no campo e também do território. Como exemplo disso, tem-se o surgimento da primeira máquina à vapor, em Salvador, no ano de 1815; menos de vinte anos depois, o número de máquinas passou a ser sessenta e quatro (SANTOS, 2018, p. 21-22). À vista disso, a exploração da madeira e o cultivo da cana não saciaram o desejo pelo ouro. Ao contrário do que ocorreu na América hispânica – ouro facilmente encontrado no solo –, a exploração de minério sucedeu após buscas, do norte ao sul, pelos bandeirantes portugueses. Assim, depois de atravessarem a Serra da Mantiqueira e a cabeceira do rio São Francisco, os bandeirantes observaram a existência de ouro aluviado, o que fez com que inúmeros “caçadores de tesouro” se deslocassem até a região de Minas Gerais e ali fizessem intensa exploração mineral. Então, por conta do sucesso na extração de minério firmada na região de Minas Gerais, o eixo econômico foi deslocado para o Sul, e, conseqüentemente, o eixo político, pois o Rio de Janeiro, cidade portuária da região, tornou-se capital do país a partir de 1763 (GALEANO, 2017, p. 81-82). Segundo Galeano:

Ao longo do século XVIII, a produção brasileira do cobiçado mineral superou o volume total de ouro que a Espanha extraiu em suas colônias durante os dois séculos anteriores. Choviam aventureiros e caçadores de tesouros. O Brasil tinha 300 mil habitantes em 1700; um século depois, ao final dos anos do ouro, a população já se multiplicara onze vezes. (...) Calcula-se em uns 10 milhões o total de negros escravos trazidos da África, desde a conquista do Brasil e até a abolição da escravatura: embora não se disponha de uma cifra exata para o século XVIII, é preciso levar em conta que o ciclo do ouro absorvia mão-de-obra escrava em enormes proporções. (GALEANO, 2017, p. 82)

No entanto, apesar do processo de urbanização ter-se iniciado no século XVIII, a saída de famílias do campo para os centros urbanos ocorreu, até o século XX, de maneira lenta e gradual (SANTOS, 2018, p. 19-27). Essa urbanização não-generalizada, ou seja, concentrada em apenas uma porção do território, deu-se devido à falta de integração das cidades da costa com os aglomerados urbanos do interior. E a falta de troca entre as diferentes regiões do Brasil fez com que os saberes ficassem acumulados nas capitais praianas. Dessa forma, pode-se dizer que a revolução técnico-científica levou décadas para adentrar no interior do Estado brasileiro por conta da carência no sistema de integração do território (SANTOS, 2018, p. 37-38).



**8º SIMPÓSIO  
DE SUSTENTABILIDADE**

**15-16-17  
JUNHO 2021**



Com isso, a acelerada urbanização que ocorreu no século XX, impulsionada no mundo todo após o término da Segunda Guerra Mundial, fez com que, entre 1940 e 1980, houvesse uma significativa mudança quanto ao lugar de residência da população brasileira. Em 1940 a taxa de pessoas que moravam nas áreas urbanas era de 26,35%; logo, em 1980, essa taxa subiu para 68,86%. Dentro desse período de quarenta anos, a sociedade brasileira triplicou o seu número de pessoas e as cidades tiveram sua população multiplicada em sete vezes (SANTOS, 2018, p. 31-33). Ainda, deve-se relacionar a rápida urbanização do Brasil, do século XX, ao processo de industrialização que motivou a construção de estradas de ferro, a realização de vias de rodagem e a um forte investimento em infraestruturas. Assim, com o desenvolvimento de meios para interligação das diferentes regiões do Estado, tornou-se possível a realização de trocas culturais, econômicas e sociais entre as cidades brasileiras e, além disso, levar avanços tecnológicos às áreas interioranas do país (SANTOS, 2018, p. 38).

Contudo, da mesma maneira que se pode associar a descentralização da industrialização do Brasil como fonte de avanço em infraestrutura urbana, deve-se destacar que essa evolução no meio técnico-científico e, por conseguinte, na qualidade dos espaços brasileiros, não se deu para toda a população. As cidades brasileiras do século XXI expressam, no seu desenho espacial, toda a bagagem política e econômica da história e da sociedade que as compõem (FERREIRA, 2012, p. 11). Logo, o Brasil ainda carrega consigo características da estrutura econômica-social colonial, em que a questão da propriedade privada da terra de 1850 e a conquista, tardia, do trabalho livre em 1888, tem influência no processo de urbanização do país (MARICATO, 2013, p. 17-18). Maricato afirma que:

O Estado passa então a investir decididamente em infra estrutura (sic) para o desenvolvimento industrial visando a substituição de importações. A burguesia industrial assume hegemonia política na sociedade sem que se verificasse uma ruptura com os interesses hegemônicos estabelecidos. Essa ambiguidade entre ruptura e continuidade, verificada em todos os principais momentos de mudança na sociedade brasileira, marcará o processo de urbanização com as raízes da sociedade colonial, embora ele ocorra em pleno século XX, quando formalmente o Brasil é uma República independente. A questão fundiária, que ocupou um lugar central nos conflitos vividos pelo país, no século XIX, se referia fundamentalmente ao campo. A crescente generalização da propriedade privada da terra, a partir de 1850, com a confirmação do poder político dos grandes proprietários nas décadas seguintes, e a emergência do trabalho livre, a partir de 1888 (acontecimentos que estão interligados como já foi demonstrado por muitos autores), se deram antes da urbanização da sociedade. No entanto, a urbanização foi fortemente influenciada por esses fatores: a importância do trabalho escravo (inclusive para a construção e manutenção dos edifícios e das cidades), a pouca importância dada à reprodução da força de trabalho mesmo



**8º SIMPÓSIO  
DE SUSTENTABILIDADE**

**15-16-17  
JUNHO 2021**



com a emergência do trabalhador livre, e o poder político relacionado ao patrimônio pessoal (MARICATO, 2013, p 17-18).

Assim sendo, a cidade brasileira, marcada pela herança da estrutura social e econômica do Brasil colônia, consolidou a segregação do espaço, que já era presente nos séculos passados, durante o fim do século XIX e começo do XX. Nesse período, o país sofreu inúmeras reformas urbanas nas grandes capitais, principalmente feitas no Rio de Janeiro, para embelezamento das cidades, melhorias na infraestrutura urbana e, ainda, a construção de uma base sólida para a especulação imobiliária. Essas sucessões de reformas foram realizadas às custas da expulsão das populações menos abastadas que viviam nas regiões centrais da cidade para as áreas de morros e franjas urbanas (MARICATO, 2013, p. 17).

Portanto, as mazelas atualmente vividas nas cidades brasileiras não surgiram especificamente após os períodos de intensa urbanização e industrialização. As questões referentes ao meio urbano, como enchentes, falta de saneamento básico, poluição dos meios naturais, exploração intensiva dos recursos finitos, falta de moradia e, também, precarização da forma de morar e a falta de habitação, deu-se desde o início da formação dos aglomerados urbanos no Brasil (MARICATO, 2013, p. 22). Conforme diz Maricato:

O crescimento urbano sempre se deu com exclusão social, desde a emergência do trabalhador livre na sociedade brasileira. (...) A tragédia urbana não é produto das décadas perdidas, portanto. Tem suas raízes muito firmes em cinco séculos de formação da sociedade brasileira, em especial a partir da privatização da terra (1850) e da emergência do trabalho livre (1888) (MARICATO, 2013, p. 22-23).

Dessa forma, pode-se interligar os problemas da cidade do século XXI ao processo de urbanização segregador enraizado. A integração de toda a extensão do território brasileiro não foi motivada pela possibilidade de difusão de recursos, mas, sim, pela necessidade de alcançar maior número de consumidores para as diversas modalidades de produção desenvolvidas durante o período de industrialização e produção de itens de bens-duráveis (SANTOS, 2018, p. 100). A “euforia construtiva” que ocorreu no ano de 2010, por exemplo, com o surgimento exponencial de novos bairros por todo o Estado<sup>5</sup>, sem que houvesse preocupação na qualidade da urbanização ou na resolução da injustiça social materializada na cidade, é resultado histórico da formação social, econômica e urbana do Brasil (FERREIRA, 2012, p. 7).

---

<sup>5</sup>O Estado federativo no qual o autor se refere é o Estado brasileiro.



De acordo com Santos (2018, p. 105), “a urbanização corporativa, isto é, empreendida sob o comando dos interesses sociais das grandes firmas, constitui um receptáculo das consequências de uma expansão capitalista devorante dos recursos públicos (...)”. Assim, cada cidade brasileira tem suas características próprias relacionadas à cultura, economia, organização social e porte. Mas, todos os centros urbanos carregam problemáticas em comum: falta de emprego, habitação, mobilidade, saneamento básico, educação e saúde. E, por conseguinte, tem-se que todas essas precariedades urbanas são consequências de uma segregação do espaço enraizada, que ocorreu através de ações, ao longo dos séculos, sob o comando e interesse de uma elite colonial (SANTOS, 2018, p. 105).

### 2.3 A AGENDA DE 2030: UM CAMINHO PARA A GESTÃO URBANA INTEGRADA

No ano de 2015, 193 líderes de Estado membros da ONU, reuniram-se na sede em Nova Iorque e reconheceram que “a erradicação da pobreza em todas as suas formas e dimensões, incluindo a pobreza extrema, é o maior desafio global e um requisito indispensável para o desenvolvimento sustentável” (ONU BRASIL, 2017a). Logo, o desenvolvimento sustentável é um avanço conjunto, com foco em levar: dignidade; prosperidade; paz para as pessoas; incentivar interação e criação de parceria dentro das cidades; resguardar o meio ambiente natural; proteger os recursos do planeta; e lidar com as questões do clima (ONU BRASIL, 2017a). Na Figura 1, pode-se ver o esquema gráfico relacionando o desenvolvimento sustentável aos seus temas correlacionados.

Figura 1 – Desenvolvimento Sustentável



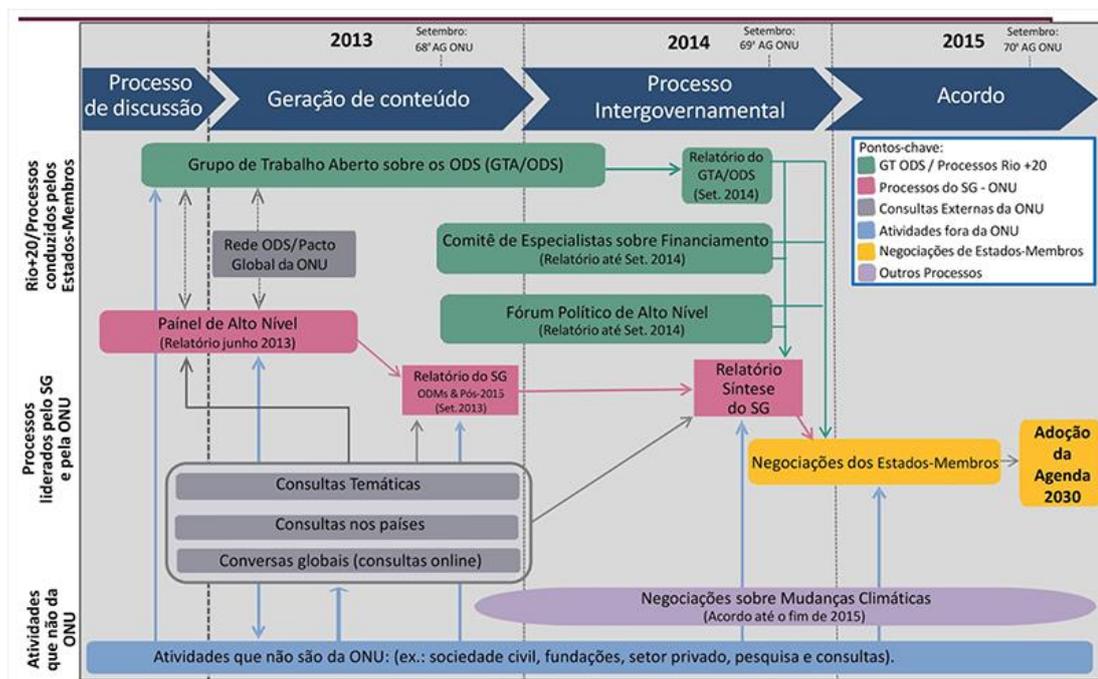
Fonte: ONU BRASIL (2017a).

Diante desse desafio, foi assinado um documento que compromete os 193 líderes de Estado a tomarem medidas, em seu território, para que seja propiciado o desenvolvimento sustentável nos próximos quinze anos e que, esse desenvolvimento, seja abrangente à todas as pessoas (ONU BRASIL, 2017a). Dessa forma, define-se a Agenda 2030 como:

Um plano de ação para as pessoas, o planeta e a prosperidade, que busca fortalecer a paz universal. O plano indica 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, os ODS, e 169 metas, para erradicar a pobreza e promover vida digna para todos, dentro dos limites do planeta. São objetivos e metas claras, para que todos os países adotem de acordo com suas próprias prioridades e atuem no espírito de uma parceria global que orienta as escolhas necessárias para melhorar a vida das pessoas, agora e no futuro (ONU BRASIL, 2017a).

Abaixo, a Figura 2 explica, através de esquema, o processo pelo qual a deliberação para a criação da Agenda 2030 passou até a caracterização do que é hoje. Até o acordo final de 2015, houveram discussões, diagnósticos e elaboração de relatórios para que se pudesse estruturar a metodologia de desenvolvimento sustentável que compõe a Agenda 2030 e seus 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável – os ODS (ONU BRASIL, 2017a).

Figura 2 – O processo de construção de uma agenda pós-2015



Fonte: ONU BRASIL (2017a).



**8º SIMPÓSIO  
DE SUSTENTABILIDADE**

**15-16-17  
JUNHO 2021**



### 2.3.1 Sobre os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável

Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, conhecidos pela sigla ODS, são oriundos dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM), que foram lançados pela Organização das Nações Unidas (ONU) no ano 2000, na Declaração do Milênio. Os ODM eram 08 objetivos com o intuito de reduzir a pobreza extrema no mundo no prazo de 15 anos. O resultado encontrado em 2015, quando se encerrou o prazo dos ODM, foi bastante satisfatório e, por isso, foi desenvolvido outro plano de ação: a Agenda 2030. Composta por 17 objetivos – chamados de Objetivos de Desenvolvimento Sustentável<sup>6</sup> –, a Agenda 2030 firma compromisso na erradicação da pobreza extrema, combate à desigualdade e a injustiça e a contenção das mudanças climáticas (IBGE, 2016).

Diante disso, para facilitar a implementação de políticas públicas pelos governos, os 17 ODS se desdobram em 169 metas (IBGE, 2016). Essas metas se ramificam em ações que:

Deverão estar relacionadas às cinco áreas de importância (ou 5 Ps) indicadas pela Agenda 2030: Pessoas – erradicar a pobreza e a fome de todas as maneiras e garantir a dignidade e a igualdade; Prosperidade – garantir vidas prósperas e plenas, em harmonia com a natureza; Paz – promover sociedades pacíficas, justas e inclusivas; Parcerias – implementar a agenda por meio de parcerias sólidas; e Planeta – proteger os recursos naturais e o clima do nosso planeta para as gerações futuras (CNM, 2017).

No Brasil, as discussões sobre os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável permearam a sustentação de que se deve construir ações integradas, a fim de evitar a fragmentação da aplicação das medidas e, por conseguinte, não chegar ao resultado que a Agenda 2030 propõe<sup>7</sup> (ONU BRASIL, 2017b). Dessa forma, pode-se estabelecer que a implementação dos Objetivos de

<sup>6</sup>Os 17 ODS consistem em: erradicação da pobreza (ODS 1); fome zero e agricultura sustentável (ODS 2); saúde e bem-estar (ODS 3); educação de qualidade (ODS 4); igualdade de gênero (ODS 5); água potável e saneamento (ODS 6); energia acessível e limpa (ODS 7); trabalho decente e crescimento econômico (ODS 8); indústria, inovação e infraestrutura (ODS 9); redução das desigualdades (ODS 10); cidades e comunidades sustentáveis (ODS 11); consumo e produção responsáveis (ODS 12); ação contra a mudança global do clima (ODS 13); vida na água (ODS 14); vida terrestre (ODS 15); paz, justiça e instituições eficazes (ODS 16); parcerias e meios de implementação (ODS 17). É importante destacar que os ODS são integrados e indivisíveis, isto é, abrangem todo o conceito de sustentabilidade – economia, sociedade e ambiente – e não há possibilidade de se alcançar um objetivo sem que se consiga realizar outro (ONU BRASIL, 2017b).

<sup>7</sup>Com o propósito de assegurar a abordagem integrada dos ODS durante as negociações internacionais pós-2015, o Brasil promoveu internamente um processo de coordenação amplo e participativo, envolvendo 27 Ministérios, representantes de governos locais e da sociedade civil em torno do Grupo de Trabalho Interministerial para a Agenda de Desenvolvimento Pós-2015 (GTI). No espírito da participação social que envolveu as negociações pós-2015, o GTI elaborou documento para orientar os negociadores brasileiros nas discussões do Grupo de Trabalho Aberto sobre Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (GTA-ODS), constituído no âmbito da Assembleia-Geral das Nações Unidas cujas atividades foram concluídas em julho de 2014 (ONU BRASIL, 2017b).



**8º SIMPÓSIO  
DE SUSTENTABILIDADE**

15-16-17  
JUNHO 2021



Desenvolvimento Sustentável na gestão urbana é um grande passo no sentido da reestruturação do espaço, pois os ODS abrangem temas cruciais dentro dos municípios e servem como ferramenta para se elencar estratégias assertivas para resolução das questões urbanas (CNM, 2017).

### **3. METODOLOGIA**

Tendo em vista o objetivo de dissertar sobre o Urbanismo Social e estabelece-lo como ferramenta para o desenvolvimento de Políticas Públicas Urbanas, a metodologia consiste no desenvolvimento de levantamento bibliográfico. Para tanto, busca-se a pesquisa exploratória, que, em conformidade com o autor Carlos Gil:

(...) têm como principal finalidade desenvolver, esclarecer e modificar conceitos e idéias (sic), tendo em vista a formulação de problemas mais precisos ou hipóteses pesquisáveis para estudos posteriores. (...) Habitualmente envolvem levantamento bibliográfico e documental, entrevistas não padronizadas e estudos de caso (GIL, 2008, p.27).

À vista disso, para que seja possível realizar tanto a fundamentação teórica do Urbanismo Social – sua origem e desdobramentos –, quanto a investigação e análise das abordagens que exemplificam a aplicação do conceito em cenários práticos, utiliza-se como ferramenta a revisão bibliográfica.

### **4. ANÁLISES E DISCUSSÕES DOS RESULTADOS**

#### **4.1 APRESENTAÇÃO DOS RESULTADOS: O URBANISMO SOCIAL APLICADO**

##### **4.1.1 O Urbanismo Social de Medellín, Colômbia**

Um exemplo prático do Urbanismo Social ocorreu na reestruturação de Medellín, uma das cidades mais importantes da Colômbia. A remodelação da cidade colombiana, na primeira década do século XXI, sob o governo de Sergio Fajardo, fez com que se acreditasse em soluções tangíveis para as mazelas urbanas – que estão intrínsecas aos problemas socioeconômicos, sanitários e culturais –. A partir de um cenário de injustiça na distribuição de terra, falta de acesso aos serviços básicos de infraestrutura, déficit na participação popular nas decisões políticas, falta de crédito e



**8º SIMPÓSIO  
DE SUSTENTABILIDADE**

15-16-17  
JUNHO 2021



legitimidade do poder público e centro do narcotráfico, a importante cidade foi alvo de ações com intuito de reabilitar os espaços públicos e criar conexão entre as áreas formais e informais existentes no município (MONTROYA, 2014, p. 207-208). Em conformidade com Montaner e Muxí (2014, p. 141), “a experiência de Medellín demonstra a capacidade de recuperação do direito à cidade, isto é: à infraestrutura, ao saneamento, ao transporte e aos espaços públicos, aos edifícios de instalações e às moradias dignas”.

#### 4.1.2 Arquitetura na Periferia: Belo Horizonte, Minas Gerais

O projeto Arquitetura na Periferia teve início no ano de 2013, através da tese de mestrado da arquiteta Carina Guedes, e está em prática na cidade de Belo Horizonte desde 2014. Com intuito de oferecer assistência técnica a mulheres residentes em territórios vulneráveis – em habitação e infraestrutura –, o projeto reforça a importância do papel social da arquitetura e urbanismo dentro das cidades (GARCIA, 2020).

A atuação do Arquitetura na Periferia tem a missão de “produzir e coletivizar informação e conhecimento fortalecendo vínculos comunitários por meio do protagonismo da mulher em toda a sua diversidade” (ARQUITETURA NA PERIFERIA, 2021). Ainda, o projeto visa estimular o trabalho em comunidade – com atividades realizadas em grupo –, a autogestão – as mulheres integrantes participam de todo o processo e tomada de decisões – e a noção básica financeira<sup>8</sup> (ARQUITETURA NA PERIFERIA, 2021).

Reconhecido mundialmente, o projeto já recebeu premiações como: The Marielle Franco Community-Design Award; Prêmio Fundação Branco do Brasil de Tecnologia Social 2019; 13º Prêmio Arquiteto e Urbanista do Ano, realizado pela Federação Nacional dos Arquitetos e Urbanistas – FNA –, no ano de 2018; Prêmio Gentileza Urbana, de 2017, realizado pelo Instituto de Arquitetos do Brasil de Minas Gerais – IAB/MG. Além disso, o Arquitetura na Periferia delimita seu trabalho dentro dos seguintes Objetivos de Desenvolvimento Sustentáveis – ODS – da ONU: ODS 1: Erradicar a Pobreza; ODS 5: Igualdade de Gênero; ODS 10: reduzir as desigualdades; ODS 11: cidades e comunidades sustentáveis (ARQUITETURA NA PERIFERIA, 2021).

---

<sup>8</sup>A educação financeira básica serve para auxiliar as mulheres a administrarem o dinheiro recebido através do microfinanciamento e, também, a gerenciarem os gastos relacionados à obra, como compra de materiais (GARCIA, 2020).



**8º SIMPÓSIO  
DE SUSTENTABILIDADE**

15-16-17  
JUNHO 2021



#### 4.1.3 TransLAB.URB: Porto Alegre, Rio Grande do Sul

O TransLAB.URB é uma iniciativa, com foco na cidade, que engloba três grandes eixos: cocriação e participação: a sociedade como protagonista nos projetos de interesse público; pedagogia urbana: com propósito de democratizar os saberes sobre a cidade e emponderar a sociedade em relação às temáticas urbanas; ativação urbana: ações culturais e tecnológicas em prol do estímulo do uso dos espaços urbanos (TRANSLABURB, 2021a). De acordo com o coletivo, o TransLAB.URB objetiva:

Amparados pela certeza de que a cultura urbanística da população é indispensável para sua atuação na melhoria dos territórios urbanos, buscamos criar, difundir e testar diversas metodologias que possibilitem transformações dos espaços, dentro das lógicas do ativismo cidadão e da cidade como um bem comum” (TRANSLABURB, 2021a).

Perante o exposto, o TransLAB.URB respalda suas ações dentro dos campos de: Urbanismo Tático; *Placemaking*; Urbanismo *Hacker*; Sociologia; Psicologia Social; Pedagogia; Etnografias; Cartografias; e Mapeamentos. Assim, as intervenções locais, de cunho experimental e/ou prático, utilizam da inovação social urbana, para criar, gerir e ampliar conexões globais (TRANSLABURB, 2021a).

#### 4.2 ANÁLISE DOS RESULTADOS

Em relação a aplicação do Urbanismo Social na cidade de Medellín, as ações foram respaldadas em um modelo de gestão contemporânea. Medellín se tornou referência ao implementar em seu território ferramentas que ocasionaram a integração das áreas formais e informais – como a adoção do *Metrocable* que conecta as porções planejadas e as encostas –, maior acessibilidade aos serviços básicos, melhorias na educação, incentivo à cultura e ao lazer e enriquecimento das interações nos espaços públicos (MONTANER; MUXÍ; 2014, p. 139-141).

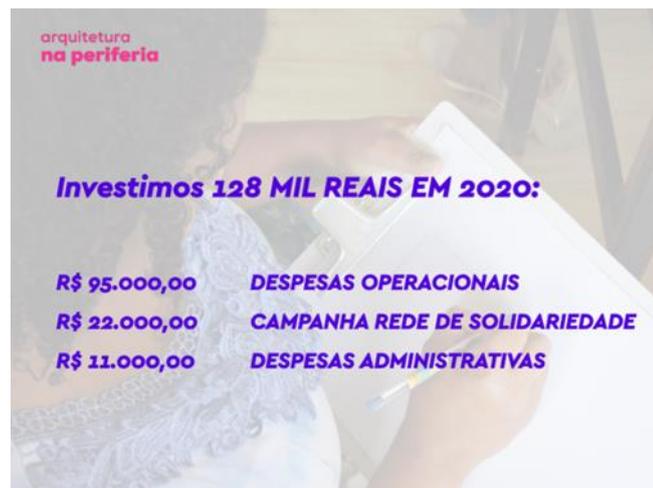
Isto posto, deve-se destacar que a implementação do Urbanismo Social se dá não como uma vanguarda à uma gestão urbana contemporânea, mas como meio para incentivar a atuação cidadã nas decisões públicas e assegurar o direito à cidade ao maior número de pessoas possível (MONTROYA, 2014, p. 213-214).



O Arquitetura na Periferia, situado na cidade de Belo Horizonte, apresentou no ano de 2020, os seguintes resultados: três comunidades alcançadas; dezessete mulheres assessoradas; oitenta e cinco pessoas beneficiadas. Além disso, foram realizadas seis oficinas de construção no modo presencial e, por conta do COVID-19, o projeto adaptou-se e conseguiu acompanhar remotamente cinco reformas e produziu dezessete oficinas de modo online (ARQUITETURA NA PERIFERIA, 2020, p. 3-4).

Ainda, em relação a resultados alcançados, financeiramente o projeto captou R\$ 132.000,00 – cento e trinta e dois mil reais –, mediante apoiadores mensais, parcerias, campanhas, workshops, palestras e doações pontuais. Na Figura 3, abaixo, especifica-se os investimentos realizados pelo projeto no ano de 2020 (ARQUITETURA NA PERIFERIA, 2020, p. 10-11).

Figura 3 – Investimentos realizados pelo projeto Arquitetura na Periferia no ano de 2020



Fonte: ARQUITETURA NA PERIFERIA (2020).

Quanto ao TransLAB.URB, localizado na cidade de Porto Alegre, o projeto apresenta resultados práticos – intervenções projetuais no espaço urbano – e teóricos – desenvolvimento de metodologias. No campo projetual, as ações são de cunho experimental e prático no âmbito da inovação urbana. Os projetos dividem-se em três categorias: cocriação e participação; pedagogia urbana; e ativação urbana. Como exemplo de projeto dentro da categoria de cocriação e



**8º SIMPÓSIO  
DE SUSTENTABILIDADE**

15-16-17  
JUNHO 2021



participação, tem-se o Lab Hackerativista Urbano<sup>9</sup>. Na esfera de pedagogia urbana, o exemplo prático é a Micro Escola Urbana<sup>10</sup>. Logo, na categoria de ativação urbana, o caso prático é o Urbanismo Tático - Boteco do Paulista<sup>11</sup> (TRANSLABURB, 2021c).

Como resultado teórico, o coletivo TransLAB.URB apresenta uma série de metodologias<sup>12</sup> a serem seguidas para o desenvolvimento de ações no âmbito urbano. As metodologias foram criadas a fim de estruturar uma rede de compartilhamento de conhecimentos sobre a cidade e, também, com objetivo de servir de amparo para a realização de intervenções em quaisquer lugares do mundo<sup>13</sup>. As metodologias elaboradas e compartilhadas, até então, foram: Cocriação de Diretrizes para territórios de interesse público; Criando comunidade para a horta; e *Las tareas para actuar con placemaking / As tarefas para atuar com placemaking* (TRANSLABURB, 2021b).

Diante dos resultados dos quatro casos apresentados, pode-se considerar que possuem características defendidas pelo Urbanismo Social: reorganização do território; criação de redes de articulação entre a esfera pública e privada; desenvolvimento de estratégias para um meio urbano plural, com foco na inclusão e sustentabilidade; incentivo a concepção de projetos urbanos pautados nos processos participativos, a fim de inserir a população nas discussões sobre a cidade (JÁUREGUI, 2010).

## 5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Na Introdução apresentou-se assunto, tema, problema e hipóteses iniciais da pesquisa. Justificou-se a mesma devido a importância de fundamentar o Urbanismo Social e estabeleceu-lo

---

<sup>9</sup>De acordo com o coletivo TransLAB.URB, o Lab Hackerativista “é um programa de formação de coletivos temporários para experimentação de projetos de inovação social urbana a partir de ferramentas tecnológicas, tecnologias sociais e conexão com arte e ativismo” (TRANSLAB, 2017).

<sup>10</sup>A Micro Escola Urbana, segundo o TransLAB.URB é “um programa permanente de compartilhamento de ideias estruturado em uma série de oficinas que tem como objetivo abrir os conhecimentos das chamadas ‘ciências da cidade’” (TRANSLABURB, 2018).

<sup>11</sup>A ação se deu em uma área da cidade de Porto Alegre que oferece oportunidades de lazer, mas o sistema viário do entorno não facilitava os usos pelas pessoas. Assim, foram feitas intervenções nas vias adjacentes ao Boteco Paulista, com objetivo de chamar a atenção para o sistema viário. As ações ocorreram através de pinturas na rua (TRANSLABURB, 2019).

<sup>12</sup>De acordo com o TransLAB.URB, “atuamos em rede compartilhada, sempre incentivando o intercâmbio de boas práticas para produzir cidades como um bem comum. Neste sentido, buscamos criar conhecimento aberto através da validação de hipóteses que são a base de metodologias que desenvolvemos, compilamos e disponibilizamos como conhecimento aberto” (TRANSLABURB, 2021b).

<sup>13</sup>As metodologias desenvolvidas pelo coletivo TransLAB.URB são caracterizadas em COPYLEFT - conhecimento Livre e Aberto –, por isso estão disponíveis para serem lidas, compartilhadas, reformuladas e aplicadas, com intuito de incentivar intervenções urbanas de qualidade em qualquer território (TRANSLABURB, 2021b).



**8º SIMPÓSIO  
DE SUSTENTABILIDADE**

15-16-17  
JUNHO 2021



como ferramenta para o desenvolvimento de Políticas Públicas, a fim de valorizar, e reorganizar, os espaços formais e informais da cidade. Apresentou-se o marco teórico, “já é hora de outros protagonistas pensarem e projetarem as cidades, de modo que, perante a dominante cidade especulativa e segregadora, sejam incorporados pontos de vista plurais que possam reinventar a cidade humana” (MONTANER; MUXÍ; 2014, p. 127), que deu embasamento e sustentação à pesquisa, bem como o método científico dialético que, segundo Lakatos e Marconi (2003, p. 101) para a “as coisas não são analisadas na qualidade de objetos fixos, mas em movimento: nenhuma coisa está ‘acabada’, encontrando-se sempre em vias de se transformar, desenvolver; o fim de um processo é sempre o começo de outro”.

Introduzidos os elementos que estruturaram a pesquisa, o desenvolvimento da mesma consistiu na estruturação do embasamento teórico. Ainda, resgatando-se o problema da pesquisa, indagou-se: o Urbanismo Social serve como ferramenta para elaboração de Políticas Públicas? Pressupôs-se, como hipótese que: ao seguir o conceito do Urbanismo Social, pode-se elaborar Políticas Públicas que possibilitam a valorização dos espaços da cidade e, ainda a integração de áreas informais e formais. Diante disso, definiu-se como objetivo geral dissertar sobre o Urbanismo Social e estabelece-lo como ferramenta pra o desenvolvimento de Políticas Públicas Urbanas. Para que tal objetivo fosse atingido, elencaram-se os seguintes objetivos específicos: a) apresentar o Urbanismo Social, sua origem e desdobramentos; b) explanar sobre a formação do território urbano brasileiro; c) apresentar a Agenda 2030 como método para reorganização do espaço brasileiro; d) elencar abordagens relacionadas ao urbanismo social dentro do território brasileiro; e) analisar as abordagens apresentadas, com intuito de responder a problemática levantada e concluir a hipótese inicial; f) concluir, em resposta ao problema da pesquisa, validando ou refutando a hipótese inicial; g) divulgar os resultados da pesquisa em meios acadêmicos.

No subtítulo 3.1, o trabalho abordou o surgimento do Urbanismo Social, a partir do colapso do Urbanismo Modernista, e seus desdobramentos ao longo do século XXI. Dessa forma, no item 3.1 foi atingido o objetivo específico a). Quanto ao objetivo específico b), o mesmo foi atingido no subtítulo 3.2, que explanou sobre a formação do território urbano brasileiro e delineou a origem da segregação espacial que se tem enraizada no Brasil do século XXI. No que diz respeito ao objetivo específico c), considera-se que o mesmo foi atingido pelo subtítulo 3.3, com apresentação da Agenda 2030 e correlacionada como método para reorganização do espaço brasileiro. Quanto ao quarto e quinto objetivos específicos – itens d) e e) –, foram atingidos nos subtítulos 4.1 e 4.2. O



**8º SIMPÓSIO  
DE SUSTENTABILIDADE**

15-16-17  
JUNHO 2021



quinto objetivo específico – item f) – foi atingido no título 5. Com respeito ao sexto objetivo específico, o presente artigo está sendo submetido à Comissão Científica para publicação.

Neste sentido, tendo sido verificados, analisados e considerados atingidos os objetivos específicos no decorrer da pesquisa e tendo como conceito o fato de que estes foram desenvolvidos para o atingimento do objetivo geral, considera-se como atingido o objetivo geral, estando o tema proposto apto para ser desenvolvido em outras áreas de sua atuação e utilizado seu referencial teórico.

No decorrer do trabalho, ao se analisar o embasamento teórico obtido, percebeu-se que o Urbanismo Social surgiu, não como um novo conceito para o urbanismo do século XXI, mas como uma nova metodologia para que haja o cumprimento da função social da arquitetura e urbanismo. Diante do surgimento de um novo paradigma pautado na Revolução Técnico-Científica, o Urbanismo Moderno do século XX articulou e implementou soluções racionais às mazelas urbanas acumuladas desde os primeiros aglomerados urbanos. No entanto, como visto no subtítulo 3.1.1 deste trabalho, os planos advindos do modernismo ortodoxo colapsaram, pois não há possibilidade de racionalizar o desenho do espaço e tomar como ponto de partida uma sociedade padrão. As cidades são plurais e resultado de acontecimentos culturais, econômicos e sociais. Além disso, esses acontecimentos estão intrínsecos ao contexto temporal em que ocorrem, pois as pessoas, que são a principal constituinte dos meios urbanos, estão em constante evolução. No Brasil, pode-se vivenciar, de Norte à Sul do país, a segregação espacial enraizada, conforme explanado no item 3.2 deste artigo. Diante disso, constatou-se que o Urbanismo Social nasceu da necessidade de resgatar o protagonismo cidadão nas decisões sobre a cidade e, por conseguinte, a criação de “Cidade Para Pessoas”<sup>14</sup>.

Por isso, planos de ação como a Agenda de 2030 e abordagens como a reestruturação de Medellín, o projeto Arquitetura na Periferia e o coletivo TransLAB.URB, são imprescindíveis para assegurar o Direito à Cidade para todos. Ao adotar as premissas do Urbanismo Social, as ações elaboram políticas públicas que tem como foco a participação popular nas decisões de interesse público e a (re)democratização dos espaços e serviços.

Portanto, de acordo com a metodologia e o marco teórico propostos para a pesquisa, pressupõe-se que a discussão dos resultados requer uma interpretação do pesquisador. Desta forma,

---

<sup>14</sup>Título do livro do arquiteto e urbanista Jan Gehl, em que disserta sobre a importância de se fazer cidade para pessoas, com metodologias para se elaborar planos que respeitam a escala humana e tem como prioridade a inserção do indivíduo no meio urbano (GEHL, 2015).



**8º SIMPÓSIO  
DE SUSTENTABILIDADE**

**15-16-17  
JUNHO 2021**



respondendo ao problema da pesquisa, com base nos referenciais teóricos obtidos constata-se, em conclusão, que o Urbanismo Social serve como ferramenta para elaboração de Políticas Públicas. Dessa forma, está aceita a hipótese de que ao seguir o conceito do Urbanismo Social, pode-se elaborar Políticas Públicas que possibilitam a valorização dos espaços da cidade e, ainda a integração de áreas informais e formais.

A partir do estudo teórico do Urbanismo Social e sua vinculação à elaboração de Políticas Públicas, sugere-se o desenvolvimento de trabalhos futuros, quais sejam: a) adotar o urbanismo social como técnica de valorização urbana em áreas do Programa Minha Casa, Minha Vida – a partir do ano de 2020 reformulado e denominado Programa Casa Verde e Amarela; b) adotar o urbanismo social como técnica de (re)valorização urbana em áreas de centros históricos; c) Estudo de Caso, com pesquisa in loco, de áreas do Programa Minha Casa, Minha Vida – a partir do ano de 2020 reformulado e denominado Programa Casa Verde e Amarela – a fim de que, em estudo de caso, seja possível analisar sua inserção no contexto urbano da cidade.

## REFERÊNCIAS

**ARQUITETURA NA PERIFERIA.** Disponível em: <<https://arquiteturanaperiferia.org.br/>>. Acesso em: 8 maio 2021.

\_\_\_\_\_. **Prestação de contas IAMI 2020.** Disponível em: <<https://drive.google.com/file/d/1npfHuFpHw-fYMuLCWzHWdwp5dF5mgBTj/view>>. Acesso em: 10 maio 2021.

CNM - Confederação Nacional de Municípios. **Guia para Integração dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável nos Municípios Brasileiros – Gestão 2017-2020.** Brasília, DF: CNM, 2017.

FERREIRA, João Sette Whitaker (Org.). **Produzir casas ou construir cidades? Desafios para um novo Brasil urbano.** São Paulo: LABHAB; FUPAM, 2012.

GALEANO, Eduardo. **As veias abertas da América Latina.** Porto Alegre: L&PM, 2017.

GARCIA, Cecília. **Projeto "Arquitetura na Periferia" ensina mulheres a construir suas casas.** 28 abril 2020. Disponível em: <<https://www.archdaily.com.br/br/910653/projeto-arquitetura-na-periferia-ensina-mulheres-a-construir-suas-casas>>. Acesso em: 8 maio 2021.

GEHL, Jan. **Cidade para pessoas.** 3ª ed. São Paulo: Perspectiva, 2015.

GHENO, Patricia Zwetsch. **Repensar o planejamento urbano no século XXI.** 2015. Tese (Doutorado em Planejamento Urbano Regional) – Faculdade de Arquitetura, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2015.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social.** 6ª ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GOMES, Marco Aurélio de Filgueiras. **Urbanismo na América do Sul: circulação de ideias e constituição do campo, 1920-1960.** Salvador: EDUFBA, 2009. ISBN 978-85-232-0926-1.



**8º SIMPÓSIO  
DE SUSTENTABILIDADE**

**15-16-17  
JUNHO 2021**



IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Objetivos de Desenvolvimento Sustentável • IBGE Explica**. 2016. (3m51s). Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=Fev2MHAA-qo&t=9s>>. Acesso em: 8 mar. 2021.

JACOBS, Jane. **Morte e vida de grandes cidades**. 3ª ed. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2011.

JÁUREGUI, Jorge Mario. **Urbanismo Social. Desafios do Desenvolvimento**. Brasília, ano 7, ed. 63, 19 nov. 2010.

LAKATOS, Eva Maria. MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de metodologia científica**. 5ª ed. São Paulo: Atlas, 2003.

MARICATO, Erminia. **Brasil, cidades: alternativas para a crise urbana**. 6ª ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2013.

MONTANER, Josep Maria. MUXÍ, Zaida. **Arquitetura e política: ensaios para mundos alternativos**. São Paulo: Gustavo Gili, 2014.

MONTOYA, Nataly Restrepo. **Urbanismo social en Medellín: una aproximación a partir de la utilización estratégica de los derechos**. Estudios Políticos. Medellín, n. 45, p. 205-222, jul./ago. 2014

ONU BRASIL. **A Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável**. 2017a. Disponível em: <<http://www.agenda2030.org.br/sobre/>>. Acesso em: 12 abril 2021.

\_\_\_\_\_. **A Integração dos ODS**. 2017b. Disponível em: <[http://www.agenda2030.org.br/os\\_ods/](http://www.agenda2030.org.br/os_ods/)>. Acesso em: 12 abril 2021.

PEDERSEN, Martin. **Relendo Jane Jacobs: 10 lições para o século XXI de "Morte e Vida de Grandes Cidades"**. 25 Ago 2017. Tradução por Lis Moreira Cavalcante. Disponível em: <<https://www.archdaily.com.br/br/878350/relendo-jane-jacobs-10-licoes-para-o-seculo-xxi-de-morte-e-vida-de-grandes-cidades>>. Acesso em: 12 abril 2021.

SANTOS, Milton. **A Urbanização Brasileira**. 5ª ed. 4ª reimpr. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2018.

TRANSLABURB. **Laboratório Hackerativista Urbano**. Porto Alegre, Rio Grande do Sul. 2017. Disponível em: <<https://translaburb.cc/Lab-Hackerativista-Urbano>>. Acesso em: 10 maio 2021.

\_\_\_\_\_. **Micro Escola Urbana**. Porto Alegre, Rio Grande do Sul. 2018. Disponível em: <<https://translaburb.cc/Micro-Escola-Urbana>>. Acesso em: 10 maio 2021.

\_\_\_\_\_. **Urbanismo Tático – Boteco do Paulista**. Porto Alegre, Rio Grande do Sul. 2019. Disponível em: <<https://translaburb.cc/Urbanismo-Tatico-Boteco-do-Paulista>>. Acesso em: 10 maio 2021.

\_\_\_\_\_. **Filosofia**. Porto Alegre, Rio Grande do Sul. 2021a. Disponível em: <<https://translaburb.cc/Filosofia>>. Acesso em: 8 maio 2021.

\_\_\_\_\_. **Metodologias**. Porto Alegre, Rio Grande do Sul. 2021b. Disponível em: <<https://translaburb.cc/Projetos>>. Acesso em: 8 maio 2021.

\_\_\_\_\_. **Projetos**. Porto Alegre, Rio Grande do Sul. 2021c. Disponível em: <<https://translaburb.cc/Projetos>>. Acesso em: 8 maio 2021.